

O Príncipe de Maquiavel

Ms. Geraldo Ventura da Silva

Resumo:

O autor apresenta o texto de Maquiavel de maneira clara e objetiva, numa linguagem acessível interpreta o autor que faz a ruptura entre o mundo político medieval e o mundo político moderno, mostrando que na esfera da política não existe a necessidade senão da eficácia. Visando estudar os principados da Itália construiu um pensamento político de alcance universal.

PALAVRAS-CHAVE:

Política, Estado, Direito.

Introdução

Reaproximo-me de “O Príncipe”, de Maquiavel, com muito mais senso de utilidade para o conhecimento. Quase sempre nossa primeira leitura de um autor não alcança profundidade, salvo nalguns casos. Mas, no caso de Maquiavel é mais sério o problema, pois não há cidadão médio que não tivesse formado certa idéia em torno do referido autor e chegado a certo “pré-conceito”, em face de expressões proverbiais divulgadas a seu respeito. Por exemplo: “os fins justificam os meios”, tão repetidamente a ele atribuído e cujo apresentador anônimo, da edição que uso agora (Revista dos Tribunais), adverte não ter ele “nunca dito tal coisa”. Depois de vários anos sem o manusear notei que não mais sabia do que se tratava, senão superficialmente. Apesar do livro ter sido ridicularizado por alguns seus contemporâneos como uma espécie de “máximas banais” o mundo o apreciou. Autores notáveis o comentaram e o admiraram. Napoleão Bonaparte o teve por livro de cabeceira em todas as fases de sua tumultuada trajetória de vida política. Teceu-lhe mais de setecentos breves comentários de margem, em face de seus “preceitos”. Spinoza, o notável filósofo judeu-holandês, o apreciou, especialmente. Fichte necessitou consultá-lo, buscando auxílio a interpretar a situação da invasão da Prússia, por Napoleão.

Maquiavel não é amador

Maquiavel teve um aprendizado rico acerca da política, como teoria e como prática. Aliou-se a Cesar Borgia, filho do Papa Alexandre VI, ambos políticos experimentados e oportunistas, tendo, nessa aliança o propósito de criar um Estado Central, na Itália. Borgia se expressou como hábil político, em se desfazer de seus inimigos que tramavam contra ele. Maquiavel chegou a supor que Cesar Borgia fosse capaz de libertar a Itália de sua fragmentação política em tantos estados e principados, e de seus exploradores. Mas essa aliança não lhe rendeu boas divisas em reputação política. Ganhou má reputação proverbial, nem tanto pelo livro que escreveu, como pela companhia de um homem que ele julgava de grande virtude. Enganara-se. Afinal Cesar Borgia morreu muito cedo... Durante esta aliança Maquiavel escreveu boa parte de sua obra política.

Outra constatação popularizada, a seu respeito, é que ele separou política e moral; e, ainda, que distinguiu bem República de Principado, o que conta-lhe como mérito intelectual em sua obra. Gentile, Rousseau e Alfieri interpretaram o autor, do ponto de vista de ser um “livro republicano”, para “demonstrar quantas infâmias deverá um governante empregar para conservar o poder, a fim de suscitar aversão aos principados” – (pp. 14,15). De fato não é necessária esta interpretação e supostamente estavam equivocados os três. E muito menos se pode atribuir como justa a noção de que ele “prescindia da ética na política”. Separar as duas para estudo não precisa significar total dissociação. O apresentador da obra diz:

... cada vez que aconselha, como necessária uma conduta moralmente discutível, ou reprovável, não deixa de observar que seria melhor assim não agir, mas que é imprescindível para evitar a ruína do Estado e para que este não venha a ser destruído.

Os problemas éticos têm que ser enfrentados abertamente na ótica do autor. A dedicatória ao Príncipe Lourenço de Médicis é uma estratégia para tentar algum reconhecimento de seus serviços públicos, com alguma benesse política.

De início, ele deseja dedicar o livro a Juliano de Médicis, mas antes que o fizesse ele morreu. – Morriam-se cedo, naqueles tempos, outra vez o constatamos! Então, com certa sagacidade o dedicou a Lourenço, mesmo supondo que seria mais difícil receber apreço dele como a sua expectativa para com o falecido príncipe. Posta-se na dedicatória, como humilde intelectual e, ao final, dirige um apelo para ser visto no vale, expressão simbólica de sua posição desfavorável, por quem está no cume do monte, como se achava o príncipe. Para sua desventura, ele não foi visto. Pelo contrário, perdeu prestígio e caiu no ostracismo. O príncipe Lourenço de Médicis faleceu em 1519, com apenas 27 anos, “ignorando que seu principal título à memória dos homens lhe adviria de ter sido “o príncipe” a quem fora dedicada a obra de Maquiavel. Para quem exerceu, como Maquiavel, por tanto tempo, cargo público de importância, vivendo como viveu, na pobreza, sua virtude não foi apenas humildade intelectual, ele foi honesto também.

A obra de Maquiavel consegue uma proeza: visando estudar os principados da Itália construiu um pensamento político de alcance universal. Sua obra discorre sobre os mais variados assuntos da política:

- a. Distingue entre os principados hereditários e os novos, que, por sua vez, subdividem-se em “totalmente novos,” como o de Milão, com Francisco Sforza, ou são “membros acrescentados” ao Estado hereditário e, assim, sucessivamente, com muitos detalhes de divisões;
- b. Menores são as dificuldades nos Estados hereditários – ligados ao sangue de seu príncipe, do que nos principados novos, pois “basta não preterir a ordem de seus ancestrais, e só contemporizar com as novas situações” e ele se manterá no poder... Se o perder pode readquiri-lo. Tendo o príncipe herdeiro, que causar menos males, visto que já herda o prestígio, junto ao trono, assim será mais amado.
- c. Já os principados mistos, que se conquistam, é muito mais difícil, por exemplo, de sustentar-se no poder. “Os vencidos e os amigos insatisfeitos fomentam a rebeldia”. Há sempre, na sociedade, disposição de mudanças, e o príncipe novo, tendo “necessidade de causar males,” tomar-se-ão armas contra ele.

Distingue-se ele como “cientista político” numa época em que não havia tal ciência reconhecida. E o podemos dizer pelo fato que transcendeu em metodologia de reflexão sobre política a todas as grandes teorias da história, que até então descansam em especulações filosóficas, por princípios gerais; enquanto ele refletiu a partir de casos concretos de sua época (indutivismo), tentando explicar causas e efeitos numa ótica objetivista. Seus próprios contemporâneos, revolucionários, tanto quanto ele em inovação de idéias e ideais, como Erasmo e outros, mantiveram-se dentro do espírito da época, no que tange à metodologia. Ele, talvez sem o saber, teceu teorias de ordem científica, concluindo a partir dos fatos humanos. Se tem sonhos, e ele os teve, não se iludiu com alguma idéia de Estado Ideal. Esqueceu o preceito cristão de um “designo divino” linear, e olhou os fatos e os interpretou. Ousou dizer: “os regimes não se mantêm com padre-nossos”. Embora tenha visto nos fatos “linhas mestras que se repetem” e que possibilitam interpretar a história política dos povos. Seus sonhos e muita competência são identificáveis. Queria ver sua Itália unificada, morreu antes de se realizar este sonho seu. Desejava ser reconhecido em seus ideais e serviços, foi esquecido de seus concidadãos, aliás, “destino” este de muitos gênios da humanidade.

Maquiavel e o Renascimento

Do Renascimento se pode dizer um movimento intelectual, ou uma revolução cultural. Mas o renascimento é muito mais do que isto. Floresceu na 2ª metade do Século XV, quando vivia Maquiavel, que ajudou a causá-lo. Foi um dos seus arquitetos. Como nos alerta Chevallier, “o Renascimento é o desabar definitivamente, da construção medieval, fundada sobre a dupla autoridade, do Papa, no âmbito espiritual e do Imperador no temporal” (2001, pg. 17).

Ali, firmam-se os grandes Estados monárquicos dos Estados poderosos da Europa. Nasce do Renascimento uma forma irônica de ver o mundo – “o belo crime”; aí se esboça a ambição do super-homem, mais tarde construído, a seu modo, por Nietzsche, que mais não é do que “a máscara da humanidade”. Ou a grandeza de Florença faz o Renascimento, ou o Renascimento faz a grandeza de Florença, seja o que for as duas realidades não se separam. Não por acaso, Maquiavel é florentino. Ali foi testemunhada, por contraste, a austeridade mística do frade dominicano Savanarola, que atrai os levianos a uma vida mística, destaca Chevalier, a uma vida ascética, de condenação do vício. Prega ele a renúncia à cupidez e à luxúria e denuncia o papado de culpa nesses pecados. Mas, podemos acrescentar, tal visão mística vive seus estertores, nem o papado pode suportar. Savanarola acaba por ser enforcado e queimado, aos quinze dias de junho do ano de mil quatrocentos e noventa e oito.

Logo após isto, Maquiavel assume como “secretário da segunda Chancelaria da República Florentina”, novamente, restaurada. Mal remunerado passa por penúrias.

Deixando o cargo dedicou-se às letras. O mundo saiu ganhando. Sua melancolia foi extravasada em carta de dez de dezembro de mil quinhentos e treze. Avilta-se no jogo, mas, à noite mergulha nos livros. Durante quinze anos estudou a arte de governar.

Tendo servido, por anos a fio, aos quarenta e poucos é pobre, só pode ter sido honesto.

Os Erros do Rei da França, Luiz XII, denunciados por Maquiavel

O rei Luiz XII ocupou a Itália pela ambição dos venezianos que, por este meio, queriam ganhar parte da Lombardia. Assumindo o rei a proteção dos amigos fracos e tementes do poder da Igreja, fez que eles ficassem do seu lado. Mas, equivocadamente, abraçou a forte Igreja. Aí está o seu primeiro erro, diagnóstica Maquiavel, pois perdeu os amigos que a temiam: e, acrescentando ao seu poder espiritual o poder temporal, em fortalecer, politicamente, o Papa Alexandre VI, depois não o podia conter. A ambição do Papa em se tornar “senhor da Toscana” obrigou o rei a ir à Itália. Outro erro, o segundo. 3º - Para evitar o pior, talvez, (nunca se sabe antes), dividiu o Reino de Nápoles, com o rei da Espanha. Com isso, perdeu a posição de árbitro da Itália, este é seu 4º erro, pois, podia colocar um amigo, colocou um “companheiro” em igualdade de condições, a quem os descontentes podiam recorrer, diretamente. Não está aqui, um símbolo de uma das facetas dos erros da política externa desastrosa do Governo Lula, no Brasil?

O 5º erro do rei, destaca Maquiavel, é: se a França podia conquistar a Itália, bem. Se não podia e se meteu nesta empreitada impossível, cometeu um erro, pois, uma vez conquistada não devia dividi-la. Dividiu-a, foi grave erro. O rei não merece censura por ter dividido a Lombardia, porque isso foi o meio estratégico para por seus pés na Itália. Já no caso de Nápoles, não se justifica, pois já estava em seu poder. Não havia necessidade de dividir seu reino. Ocorre que seus cinco primeiros erros são assim sintetizados pelo autor: * abateu os menos poderosos; * aumentou, na Itália, o poder de um já poderoso; * trouxe para ela um estrangeiro poderosíssimo; * não veio habitar na Itália, (onde poderia ser amado, quem o sabe?); * não mandou colônias para lá. O 6º erro poderia ter sido evitado – o erro de ter tomado o Estado dos venezianos, pois ao dizer de Maquiavel, mesmo que não tivesse fortalecido a Igreja (que eles temiam), nem posto a Espanha na Itália, seria bem razoável diminuí-los. Mas, não deveria, depois de os ter fortalecido, querer diminuí-los: uma vez que resolveu tomar o reino dos venezianos, agora, eles que se tinham mantido à distância da conquista da Lombardia, não deixam, agora, de combater o rei em defesa de seu território. É daí que Maquiavel retira esta máxima: - *“não se deve jamais permitir um mal para evitar uma guerra, pois não se pode evitá-la, apenas adiá-la, para a própria desvantagem”*.

O rei da França perdeu, não pode conservar a Lombardia. Ele perdeu, ao passo que os outros reis, das províncias as mantiveram, por não haver ele observado algumas normas que os outros observaram. Quando o cardeal Rouen, disse a Maquiavel que os italianos não entendiam de guerra, ele lhe retrucou, dizendo que os franceses não entendiam de Estado. Se o entendessem não cederiam tanto poder à Igreja. E conclui que a grandeza da Igreja e da Espanha se deviam à França, assim como, a ruína da França se devia às duas. Daí tira outra regra geral: *“Quando alguém é causa do poder de outrem, arruína-se, pois esse poder é causado por habilidade ou por força e uma e outra é suspeita a quem se tornou poderoso”*.

Este tipo de discussão lembra a teoria de Thomaz Hobbes, mais tarde acerca do estado de guerra permanente do gênero humano, embora noutro prisma.

Três maneiras, ou Categorias de Conquista do Principado

A primeira delas é: “pela própria ‘virtus’”, e pelas próprias armas. Quando as conquistas se dão assim, com dificuldade se instalam, mas com facilidade conservam o poder. Em geral, são combatidos pelos que se beneficiam das instituições antigas. Mas sua virtude conta em seu favor e sua autonomia não os deixa a dever favor a terceiros. – Seria o caso de Collor? Será? Onde estava a “virtus”? Sua conquista (eleição) foi só por virtude? Não é provável.

Os povos são inconstantes, reconhece o autor.

Em segundo lugar, quanto aos principados novos, conquistados com as armas alheias, isto é, pela fortuna, para esses a regra é inversa: facilidade para conquistar, dificuldade para conservar o poder. É aí, creio, sim, aí, que se enquadraria Collor. Conquistou a presidência da República pela fortuna. Foi a 1ª grande campanha de mídia, verdadeiramente, marcante. Foi fácil, conquistador do poder, quando às previsões parecia impossível. Mas como foi difícil conservar-se no poder! Caiu. Os interesses dos “eternos negociadores” foram contrariados... Os interesses de algumas elites foram contrariados... É preciso ter mais do que fortuna. Quem se mantém no poder, assim, a não ser por armas, inda que essas armas sejam consideradas “alianças”?

Para Maquiavel, apenas os homens de grande espírito e de grande valor conseguem conservar o poder, quando o adquirem pelas “armas alheias”. Foi, para ele, o caso do filho do Papa Alexandre VI, Cesar Borgia, um homem de grande valor. Ele caiu em ruína “por uma extraordinária e ilimitada contrariedade da fortuna”. Não era para ser assim. Maquiavel o tinha como um vencedor, porque tem “virtus”, própria, “não há o que nele se criticar”. Devia perpetuar-se, mas o infortúnio o colheu, ao mesmo tempo em que outros que não tinham os mesmos méritos, conservaram-se. Exceções.

Em terceiro lugar, é possível se tornar príncipe por meio de perversidades. Cita, então vários exemplos de príncipes que conseguiram prevalecer com astúcia e crueldade, tais como Agástocles, da Cecília, que tratou cruelmente os cartagineses vencidos; “sua feroz crueldade e desumanidade, com infinita criminalidade, não permitem que seja colocado entre os homens mais ilustres”, (pg. 68); e Oliveroto que apoderou-se de Ferno, e depois de ser honrado por seu tio Giovanni, banqueteu-se com os que o honraram e, os matou, e depois de um ano de domínio foi estrangulado. Diferencia o autor, o “bom” e o “mau” emprego da crueldade. E é aí que dá sua receita: - “o mal se faz todo de uma vez; o bem aos poucos e sempre, para sempre ser lembrado”. Comentário: Qualquer semelhança com certas políticas públicas contemporâneas, não há de ser casual.

Conclusões

Tenho que interromper, antes do fim do livro, pela brevidade do tempo e espaço disponíveis, e pela necessidade de ser sintético. Mas é certo, vou completar, posteriormente esta resenha de grande valor para mim, e o será para os outros também, até aqui. E o será até o fim, com certeza. As observações sobre política, e, acima de tudo sua capacidade de aplicar seu conhecimento a casos históricos, e mesmo de justificar as exceções aos seus princípios representam uma argúcia de espírito de modo a merecer a fama que lhe é atribuída. O livro desperta-nos a “ver” o que antes não era fácil de ver, a respeito de ações políticas e estratégias dos políticos, alguns dos quais, verdadeiros “discípulos de Maquiavel”.

Bibliografia

CARVALHO, Eide M. Murta (organizadora), O Pensamento Vivo de Maquiavel. Martin Claret Editores, São Paulo, 1986.

CHEVALLIER, Jean-Jacques, As Grandes Obras Políticas, de Maquiavel a Nossos Dias, Editora Agir, 8ª edição, Rio de Janeiro, R.J., s/d.

MAQUIAVEL, Nicolau, O Príncipe, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, S. P., 2006.